

## PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NOS SETORES FORMAL E INFORMAL NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO PERÍODO RECENTE

Gabriel Coelho Squeff

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

Os fatos estilizados mais notórios da economia brasileira na última década foram a substancial redução da pobreza e da desigualdade de renda. Em contrapartida, este processo culminou em um forte crescimento do consumo, em larga medida atendido pelas importações, uma vez que a produção doméstica não acompanhou o crescimento da demanda. Com efeito, os dados das Contas Nacionais mostram que entre 2000 e 2009 o consumo das famílias cresceu 36,4%, as importações cresceram 63,8% e a produção doméstica apenas 28,3%.

Um dos diversos fatores subjacentes ao reduzido crescimento da oferta nacional diz respeito à evolução da produtividade no Brasil. Diversos autores destacam o baixo crescimento da produtividade do trabalho agregada, não somente nos anos 2000, mas desde a “década perdida” de 1980. Uma das causas para este reduzido dinamismo da economia brasileira é a informalidade. A despeito de existir uma miríade de trabalhos que discutem esta temática sob a ótica do emprego, o mesmo não pode ser dito sobre a produção informal.

Nesse sentido, o objetivo geral deste texto é avaliar, sob a ótica do setor de produção, a dinâmica dos setores *formal*, *informal* e de *outras unidades familiares* na última década a partir dos dados das Contas Nacionais. Especificamente, discute-se a produtividade do trabalho no setor formal *vis-à-vis* o setor informal, ressaltando-se em que medida o comportamento deste último contribuiu para a dinâmica da produtividade do trabalho agregada. O estudo contribui para a discussão aplicada ao tema da informalidade no Brasil ao apresentar dados sobre a evolução do valor adicionado, das ocupações e, sobretudo, da produtividade do trabalho nos setores formal e informal desagregados por atividade econômica. Adicionalmente, a produtividade do trabalho agregada foi decomposta com base em um *shift-share* modificado, que lida explicitamente com a perda de atividade decorrente da transformação dos dados calculados a partir de uma base móvel, como é o caso do Sistema de Contas Nacionais (SCN) brasileiro, para um de base fixa.

Como algumas atividades econômicas possuem elevada parcela de produção não mercantil, de produção imputada e de produção destinada para autoconsumo, a avaliação da produtividade do trabalho por meio da relação valor adicionado sobre ocupações é pouco precisa. Neste sentido, a técnica de decomposição da variação da produtividade foi aplicada tanto para o *total agregado* – isto é, quando se consideram todas as atividades na análise – quanto para o *total ajustado*, relativo ao *total agregado* deduzido das referidas atividades com significativa produção não mercantil, imputada e para autoconsumo.

Entre as atividades econômicas que mais contribuíram para a redução da informalidade em termos de valor adicionado, destacaram-se *comércio e administração, saúde e educação públicas e seguridade social do setor formal*. Com relação às ocupações, *indústria de transformação, outros serviços* e, novamente, *comércio* foram relevantes. Não obstante, em algumas atividades econômicas ainda existe uma elevada informalidade, a despeito da queda verificada nos anos 2000.

No que concerne à produtividade do trabalho agregada, constatou-se um fraco crescimento entre 2000 e 2009 de apenas 7,8%, ao passo que nos setores *formal* e *informal* a variação da produtividade foi de 1,4% e -16,2%, respectivamente. Em termos desagregados, evidenciou-se o aprofundamento da heterogeneidade estrutural (HE) que caracteriza a economia brasileira, tanto nos níveis quanto nas taxas de variação da produtividade. Com relação à decomposição da variação da produtividade, verificou-se que o crescimento de 7% da produtividade agregada entre 2001 e 2009 adveio do setor formal, cuja contribuição foi 11,6%, com destaque para as atividades *comércio* (3,5%) e *administração, saúde e educação públicas e seguridade social* (2,0%); as atividades informais em conjunto contribuíram com -2,7%. Complementarmente, verificou-se que este crescimento de 7% decorreu, sobretudo, do chamado efeito direto (4,8%), que mede a contribuição da variação da produtividade nas atividades econômi-

cas, com destaque para o efeito direto do setor formal (1,9%). As mudanças na composição das ocupações contribuíram com 4%, em decorrência do setor formal (8,2%). O efeito preço contribuiu com apenas 0,6%, sendo que, entre as atividades, novamente, a dinâmica decorreu do setor formal, com contribuição de 2,7%. Por fim, a interação entre os efeitos direto, ocupação e preço contribuiu negativamente para crescimento da produtividade agregada entre 2001 e 2009.

A produtividade do trabalho total ajustada cresceu apenas 2,2% no período. Este resultado, muito inferior ao apurado quando se considera todas as atividades na análise, também foi verificado segundo setor de produção, sendo *formal ajustado* o caso mais proeminente, uma vez que agora houve queda de produtividade (-0,3%). O setor *informal ajustado* teve desempenho muito similar ao verificado quando se considerou todas as atividades na análise. A decomposição por atividade econômica mostrou que a contribuição das atividades formais em conjunto (formal ajustado) foi muito menor que a verificada anteriormente (7,3% *vis-à-vis* 11,6%). Isto implica, pois, que a contribuição das atividades informais foi ainda mais negativa (de -2,7% para -5,1%). Ademais, agora duas atividades formais – *agropecuária* (-0,2%) e *indústria de transformação* (-0,2%) – contribuíram negativamente, ao passo que anteriormente suas contribuições foram positivas. *Comércio* formal foi a atividade que mais contribuiu para o crescimento da produtividade agregada ajustada, ao passo que *outros serviços ajustado* foi a que menos contribuiu.

Entretanto, foi com relação à decomposição segundo efeito que a exclusão das referidas atividades mostrou-se mais pertinente. Os resultados mostraram que houve crescimento da produtividade do trabalho agregada ajustada somente por conta do efeito ocupação (7,1%), em decorrência do setor formal (9,4%), mais especificamente da atividade *indústria de transformação* (3,2%). A outra face da resiliência das ocupações manufatureiras formais diz respeito à produtividade do trabalho, cujo efeito direto foi o mais significativo e igual -4,4%. Em direção diametralmente oposta encontra-se *agropecuária* formal: efeito direto positivo (1,7%) e efeito ocupação negativo (-1%). Em conjunto, o efeito direto contribuiu negativamente com -4,4%, o que comprova a importância em expurgar o total atividades que possuem elevada produção

imputada, alta proporção de produção não mercantil na produção total e a administração pública e os serviços domésticos. Por fim, com relação ao efeito preço constatou-se dinâmica semelhante à verificada quando se consideram todas as atividades na análise.

Desta forma, constatou-se que a existência de uma significativa parcela da produção no setor informal contribuiu para um menor crescimento da produtividade agregada no Brasil. Não obstante, os resultados mostraram que houve alguma mudança estrutural no país, uma vez que o efeito ocupação contribuiu positivamente para o crescimento da produtividade. Entretanto, tendo em vista a queda de produtividade do setor formal, a proeminência da atividade *comércio*, a contribuição negativa da produtividade nas atividades econômicas (efeito direto) e o muito reduzido crescimento da produtividade agregada – mesmo quando se considera todas as atividades na análise – conclui-se que o referido processo de mudança estrutural está muito aquém do desejado. Faz-se premente, portanto, a adoção de políticas públicas que promovam uma redução ainda maior da informalidade no Brasil e, sobretudo, que promovam uma mudança da estrutura produtiva em prol de atividades econômicas mais dinâmicas internacionalmente e de maior valor agregado.

## SUMÁRIO EXECUTIVO